

Demonstrações contábeis

**Conselho das Secretárias Municipais
de Saúde do Rio Grande do Norte –
COSEMS/RN**

31 de dezembro de 2020

**Conselho das Secretárias Municipais de Saúde do Rio Grande do Norte –
COSEMS/RN**

Demonstrações contábeis

31 de dezembro de 2020

MRP – 108/2021

Índice

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações contábeis.....	01
Balanço patrimonial.....	04
Demonstração do resultado do período	05
Demonstração do resultado abrangente	05
Demonstração das mutações do patrimônio líquido.....	06
Demonstração do fluxo de caixa.....	07
Notas explicativas às demonstrações contábeis	08

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos

Diretores,

Conselho das Secretárias Municipais de Saúde do Rio Grande do Norte – (“COSEMS/RN”)

Natal - RN

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis do Conselho das Secretárias Municipais de Saúde do Rio Grande do Norte – COSEMS/RN (“Conselho”), que compreendem o balanço patrimonial, em 31 de dezembro de 2020, e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Conselho das Secretárias Municipais de Saúde do Rio Grande do Norte – COSEMS/RN (“Conselho”), em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e aplicáveis as Entidades sem Finalidade de Lucros (ITG 2002 (R1)).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis”. Somos independentes em relação ao Conselho, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis as Entidades sem Finalidade de Lucros e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade do Conselho continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar o Conselho ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança do Conselho são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada, de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos do Conselho.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional do Conselho. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar o Conselho a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Natal, 18 de março de 2021.

MRP AUDITORIA & CONSULTORIA S/S
CRC DF-001326/O-4
CNAIPJ – 000041
CVM – 11.720

Ricardo da Silva Farias Passos
Contador CRC DF-015504/O-2

Marcos de Oliveira Pereira
Contador CRC DF-027109/O-0

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Rio Grande do Norte

Balanço patrimonial

em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em Reais)

Ativo

	Nota	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ativo Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	3	353.992	173.607
		<u>353.992</u>	<u>173.607</u>
Não circulante			
Imobilizado	4	20.690	12.529
		<u>20.690</u>	<u>12.529</u>
Total do Ativo		<u>374.682</u>	<u>186.136</u>

Passivo

	Nota	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Passivo Circulante			
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	5	11.048	10.854
Obrigações tributárias	5	1.927	3.640
Outras obrigações		1.259	-
		<u>14.234</u>	<u>14.494</u>
Patrimônio Líquido	7		
Patrimônio Social		171.604	-
Déficit e superávit acumulado		188.844	171.642
		<u>360.448</u>	<u>171.642</u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u>374.682</u>	<u>186.136</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Rio Grande do Norte

Demonstração do resultado do período

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em Reais)

	Nota	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Receitas Operacionais			
Receitas sem Restrição			
	8	<u>1.202.772</u>	<u>1.403.240</u>
Repasse Conasems		1.199.752	1.398.127
Ressarcimento por Hospedagem de Secretários Municipais		-	3.334
Devoluções de compras		3.020	979
Doações de Terceiros		-	800
Despesas operacionais			
	9	<u>(1.014.320)</u>	<u>(1.370.215)</u>
Despesas com Pessoal		(367.958)	(336.752)
Despesas Tributárias		(1.494)	(1.482)
Despesas Gerais		(644.868)	(1.031.981)
Superávit antes da receitas e despesas financeiras			
		<u>188.452</u>	<u>33.025</u>
Despesas e receitas financeiras, líquido	10	392	(94)
Déficit e superávit líquido do exercício			
		<u><u>188.844</u></u>	<u><u>32.931</u></u>

Demonstração do resultado abrangente

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Déficit e superávit líquido do exercício		
	<u>188.844</u>	<u>32.931</u>
Outros Resultados Abrangentes	-	-
Total dos resultados abrangentes do período		
	<u><u>188.844</u></u>	<u><u>32.931</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Rio Grande do Norte

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(Valores expressos em Reais)

	Nota	Patrimônio social	AJUSTE DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	Superávit/ Déficit	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018		<u>215.152</u>	<u>-</u>	<u>(75.100)</u>	<u>140.052</u>
Superávit/Déficit do Período		-	-	32.931	32.931
Ajustes de Exercícios Anteriores		-	(1.341)	-	(1.341)
Transferência para Superávit Acumulado		(75.100)	-	75.100	-
Saldos em 31 de dezembro de 2019		<u>140.052</u>	<u>(1.341)</u>	<u>32.931</u>	<u>171.642</u>
Superávit/Déficit do Período		-	-	188.844	188.844
Ajustes de Exercícios Anteriores		(1.379)	1.341	-	(38)
Transferência para Superávit Acumulado		32.931	-	(32.931)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2020		<u>171.604</u>	<u>-</u>	<u>188.844</u>	<u>360.448</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Conselho de Secretarias Municipais de Saúde do Rio Grande do Norte

Demonstração do fluxo de caixa

Exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e 2019.

(Valores expressos em Milhares de Reais)

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Superávit do exercício	188.844	32.931
Ajustes para conciliar o resultado às disponibilidades geradas pelas atividades operacionais:		
Ajustes de exercícios anteriores	-	-
Ajustes de provisões contingenciais	-	-
Depreciação	2.846	1.873
	<u>191.690</u>	<u>34.804</u>
Variações nos ativos	<u>-</u>	<u>94</u>
Adiantamento a empregados	-	94
Outros créditos	-	-
Variações nos passivos	<u>-</u>	<u>(15.626)</u>
Obrigações trabalhistas e previdenciárias	194	(11.968)
Obrigações tributárias	(1.751)	(2.084)
Outras Obrigações	1.259	(1.574)
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades operacionais	<u>191.393</u>	<u>19.272</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Adições de imobilizado e intangível, líquidas	<u>(11.008)</u>	<u>(8.399)</u>
Disponibilidades líquidas aplicadas nas atividades de investimentos	<u>(11.008)</u>	<u>(8.399)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamentos		
Outros recebimentos financeiros	<u>-</u>	<u>(600)</u>
	-	(600)
Disponibilidades líquidas geradas pelas atividades de financiamentos	<u>-</u>	<u>(600)</u>
Aumento nas disponibilidades	<u>180.385</u>	<u>10.273</u>
Caixa no início do exercício	173.607	163.334
Caixa no final do exercício	<u>353.992</u>	<u>173.607</u>
Aumento nas disponibilidades	<u>180.385</u>	<u>10.273</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O Conselho das Secretarias Municipais de Saúde do Rio Grande do Norte (Cosems/RN), foi constituído no ano de 1989 como ente de mobilização e representação dos gestores da política de saúde dos municípios potiguares. De direito privado, sem fins lucrativos e se pautando pelos princípios que regem o direito público, o Cosems/RN reúne os 167 secretários municipais de saúde do Estado.

O Cosems/RN tem como missão agregar e representar o conjunto de todas as secretarias municipais de saúde, promovendo o pleno exercício das responsabilidades dessas instituições na política de saúde perante as demais esferas de governo e aos poderes legislativo e judiciário, além de outras entidades da sociedade civil organizada.

Ao longo de toda sua história o Cosems/RN cresceu e, solidariamente, se constituiu em um espaço de formulação de políticas públicas de saúde no território potiguar. Incessantemente busca melhorar os resultados, lutando para vencer os desafios, agregando em sua pauta de atuação, assuntos relacionados à qualidade de vida, saúde e cultura de paz, com forte atuação nas definições do pacto pela saúde na defesa de um financiamento mais justo para o Sistema Único de Saúde (SUS), na redução das desigualdades municipais, na construção da pactuação regional e na gestão do trabalho como função estratégica para garantir o acesso integral à saúde no SUS.

Além de aprimorar as funções de representação técnica e política dos municípios, o Colegiado busca parcerias com órgãos formadores para capacitação de gestores e profissionais de saúde, destacando-se como parceiros à Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), à Secretaria Estadual da Saúde Pública (Sesap), o Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde (Conasems) e o Ministério da Saúde (MS), dentre outros.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

2. APRESENTAÇÃO E ELABORAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

2.1 Base de preparação e apresentação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil em observância aos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por resoluções do Conselho Federal de Contabilidade – CFC, que são, em geral, convergentes ou em acordo com as normas internacionais (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standard Board (IASB). Como se trata de uma entidade sem fins lucrativos, as demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com a ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros, aprovada pela Resolução no 1.409, de 21 de setembro de 2012, pelo Comunicado Técnico CTG 2000, aprovado pela Resolução no 1.159, de 13 de fevereiro de 2009, do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela NBC TG 1000 (R1)- Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas, para os aspectos não abordados pela ITG 2002 (R1) - Entidade sem finalidade de lucros.

A preparação das demonstrações contábeis em conformidade com as referidas normas requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da no processo de aplicação de políticas contábeis.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria Executiva e Conselho Fiscal do Cosems/RN em 31 de dezembro de 2020.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações contábeis são apresentadas em Real, que é a moeda funcional do Cosems/RN e, também, a sua moeda de apresentação.

2.3 Apresentação dos ativos e passivos

Os ativos são reconhecidos nos balanços somente quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor do Cosems/RN e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Os passivos são reconhecidos no balanço quando o Cosems/RN possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-la.

Alguns passivos envolvem incertezas quanto ao prazo e valor sendo estimados na medida em que são incorridos e registrados através de provisão. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais seriam realizados ou pelo seu valor de custo, o menor entre os dois considerando as amortizações, variações monetárias e cambiais de acordo com as condições contratuais.

São classificados como ativo circulante quando se espera que seja realizado até doze meses após a data do balanço ou que esteja mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos montantes nos quais eles serão liquidados considerando a data de cada balanço, incluindo juros provisionados e variações monetárias de acordo com as condições contratuais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

São classificados como passivo circulante quando estiverem mantidos essencialmente com finalidade de serem negociados ou devem ser liquidados no período de até doze meses após a data do balanço.

2.4 Caixa e equivalente de caixa

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. O Cosems/RN considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor.

2.5 Ativos financeiros

Classificação

Os principais ativos financeiros da Entidade estão representados pelas aplicações financeiras em títulos e valores mobiliários. Esses ativos financeiros são classificados sob a categoria "mensurados ao valor justo por meio do resultado". A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. Os fundos de investimento têm carteira gerenciada e seu desempenho avaliado em base de valor justo e, por isso, suas aplicações financeiras são designadas como pelo valor justo por meio do resultado, apresentando dessa forma como informação mais relevante.

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação e classificados como ativos circulantes.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

Reconhecimento e mensuração

Os ativos financeiros ao valor justo por meio de resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à

demonstração do resultado. São baixados quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vencido ou tenham sido transferidos; no segundo caso, desde que a Entidade tenha transferido, significativamente, todos os riscos e os benefícios de propriedade.

Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são, subsequentemente, contabilizados pelo valor justo. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo são apresentados na demonstração do resultado das respectivas rubricas.

2.6 Imobilizado

São apresentados ao custo de aquisição, construção ou doação. Os terrenos não são depreciados. A depreciação dos demais itens é calculada pelo método linear, utilizando taxas que levam em consideração a vida útil dos bens, conforme segue:

Descrição	Anos
Edifícios	25
Móveis e utensílios	10
Instalações	10
Equipamentos de informática	5
Veículos	5
Máquinas e equipamentos	10

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

Os custos subsequentes são incorporados ao valor residual do imobilizado ou reconhecidos como item específico, conforme apropriado, somente se os benefícios econômicos associados a esses itens forem prováveis e os valores forem mensurados de forma confiável.

O saldo residual do item substituído é baixado. Demais reparos e manutenções são reconhecidos diretamente no resultado quando incorridos.

O valor residual e a vida útil estimada dos bens são revisados e ajustados, se

necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa. Os ganhos ou

perdas em alienações são determinadas pela comparação do valor de venda com o valor contábil e são reconhecidos na demonstração do resultado quando ocorridos.

As imobilizações em andamento para produção, suprimento ou fins administrativos, ou para fins ainda não determinados, são demonstrados ao custo, deduzidos de eventuais perdas por redução ao valor recuperável reconhecidas. São registrados como parte dos custos os honorários profissionais e, no caso de ativos qualificáveis, os custos de empréstimos capitalizados de acordo com a política contábil do Cosems/RN.

A depreciação desses ativos inicia-se quando eles estão prontos para o uso pretendido na mesma base dos outros ativos imobilizados. Ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados com base na vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios. No entanto, quando não há razoável certeza de que a propriedade será obtida ao término do arrendamento, os ativos são depreciados pelo prazo do arrendamento ou da sua vida útil, qual for o menor.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

2.7 Propriedade para investimentos

As propriedades para investimento são propriedades mantidas para obter renda com aluguéis e/ou valorização do capital (incluindo imobilizações em andamento para tal propósito). As propriedades para investimento são mensuradas inicialmente ao custo, incluindo os custos da transação. Após o reconhecimento inicial, as propriedades para investimento são mensuradas ao valor justo. Todos os rendimentos provenientes do arrendamento operacional de bens para fins de ganho de aluguel ou apreciação do capital são registrados como propriedades para investimento e mensurados utilizando o modelo de valor justo. Os ganhos e as perdas resultantes de variações no valor justo de uma propriedade para investimento são reconhecidos no resultado do período em que ocorrem.

Uma propriedade para investimento é baixada após a alienação ou quando é permanentemente retirada de uso e não há benefícios econômicos futuros resultantes da alienação. Qualquer ganho ou perda resultante da baixa do imóvel

(calculado como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo) é reconhecido no resultado do período em que o imóvel é baixado.

2.8 Ativos intangíveis

Ativos intangíveis com vida útil definida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido da amortização e das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A amortização é reconhecida pelo método linear com base na vida útil estimada dos ativos. A vida útil estimada e o método de amortização são revisados no fim de cada exercício e o efeito de eventuais mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente. Ativos intangíveis com vida útil indefinida adquiridos separadamente são registrados ao custo, deduzido das perdas por redução ao valor recuperável acumuladas.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

Os gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos. O ativo intangível gerado internamente resultante de desenvolvimento (ou de uma fase de desenvolvimento de um projeto interno) é reconhecido se, e somente se, demonstradas todas as seguintes condições:

- A viabilidade técnica de completar o ativo intangível para que seja disponibilizado para uso;
- A intenção de se completar o ativo intangível;
- A capacidade de usar o ativo intangível;
- O ativo intangível irá gerar prováveis benefícios econômicos futuros;
- A disponibilidade de recursos técnicos, financeiros e outros recursos adequados para concluir o desenvolvimento do ativo intangível; e
- A capacidade de mensurar, com confiança, os gastos atribuíveis ao ativo

intangível durante seu desenvolvimento.

O montante inicialmente reconhecido de ativos intangíveis gerados internamente corresponde à soma dos gastos incorridos desde a data em que o ativo intangível passou a atender aos critérios de reconhecimento mencionados anteriormente.

Um ativo intangível é baixado na alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso ou da alienação. Os ganhos ou as perdas resultantes da baixa de um ativo intangível, mensurados como a diferença entre as receitas líquidas da alienação e o valor contábil do ativo, são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado.

2.9 Redução ao valor recuperável de ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, o Cosems/RN revisa o valor contábil dos seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que esses ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

Ativos intangíveis com vida útil indefinida são submetidos ao teste de redução ao valor recuperável no mínimo anualmente e sempre que houver indicação de que o ativo possa apresentar perda por redução ao valor recuperável.

O valor recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos de alienação e o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto que reflete uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para os quais a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o valor recuperável de um ativo calculado for menor que o seu valor contábil, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao

valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado. Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do

valor contábil do ativo para a estimativa revisada do seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo em exercícios anteriores.

A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.10 Fornecedores e outras contas a pagar

As contas a pagar aos fornecedores são inicialmente reconhecidas pelo valor justo e subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

2.11 Convênios e programas

As obrigações decorrentes dos convênios e programas são reconhecidas quando a Entidade tem uma obrigação presente, legal ou não formalizada, como resultado de eventos passados e é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação.

2.12 Provisões

Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, quando a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, em que o provável recurso econômico será exigido para liquidar a obrigação.

2.13 Patrimônio líquido

É representado pelos repasses iniciais, acrescidas do superávit acumulado durante os períodos.

2.14 Apuração do superávit (Déficit)

O Cosems/RN adota o regime de competência para o registro de suas despesas com base nas disposições contidas na Resolução CFC 1.409/12 sobre Entidade sem finalidade de lucros e a ITG 1000 – Resolução CFC 1.418/12 e ainda nas disposições contidas nos pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis – CPC, vigentes no exercício de 2020.

As receitas dos recursos vinculados a projetos são reconhecidas mensalmente no resultado à medida que são usados para custear as atividades dos programas e dos objetos dos respectivos projetos.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

2.15 Subvenções governamentais

As subvenções governamentais não são reconhecidas até que exista segurança razoável de que a Entidade irá atender às condições relacionadas e de que as subvenções serão recebidas. As subvenções governamentais são reconhecidas sistematicamente no resultado durante os períodos nos quais a Entidade reconhece como despesas os correspondentes custos que as subvenções pretendem compensar. Mais especificamente, as subvenções governamentais cuja principal condição consiste na compra, construção ou aquisição de ativos não circulantes pela Entidade são reconhecidas no balanço patrimonial e transferidas para o resultado em base sistemática e racional durante a vida útil dos correspondentes ativos.

As subvenções governamentais recebíveis como compensação por despesas ou prejuízos já incorridos ou com a finalidade de oferecer suporte financeiro imediato

à Entidade, sem custos futuros correspondentes, são reconhecidas no resultado do período em que forem recebidas.

Os empréstimos subsidiados concedidos pelo Governo e obtidos a taxas de juros abaixo do mercado são tratados como subvenção governamental, mensurada pela diferença entre os valores obtidos e o valor justo do empréstimo calculado com base em taxas de juros de mercado.

2.16 Estimativas contábeis

A elaboração de demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Entidade use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos as estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável de ativos, provisão para devedores duvidosos, provisão para contingências, mensuração de instrumentos financeiros básicos, e ativos e passivos relacionados a benefícios a empregados.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

O Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor.

Recursos próprios

	2020	2019
Caixa	3.880	163
Aplicações financeiras	350.112	173.444
	353.992	173.607

4. IMOBILIZADO

	2020			2019		
	Custo	Depreciação	Líquido	Custo	Depreciação	Líquido
Terrenos	-	-	-	-	-	-
Aparelho Celular	-	-	1.999	-	-	-
Móveis e utensílios	-	-1.760	6.792	-	-1.361	8.553
Computadores e periféricos	-	-372	5.551	-	-114	813
Máquinas e equipamentos	-	-532	5.216	-	-220	1.849
Utensílios de cozinha	-	-182	1.132	-	-178	1.314
Total	-	-2.846	20.690	-	-1.873	12.529

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

Os detalhes da movimentação do ativo imobilizado do Cosems/RN estão demonstrados a seguir:

	Móveis e utensílios	Computadores e periféricos	Máquinas e equipamentos	Utensílios cozinha	Total
Saldos em 31/12/2018	1.713	789	2.069	1.293	5.864
Aquisições	8.200	138	-	199	8.537
Depreciação	-1.361	-114	-220	-178	-1.873
Baixas	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2019	8.552	813	1.849	1.315	12.529
Aquisições	-	7.109	3.899	-	11.008
Depreciação	-1.761	-372	-532	182	-2.847
Baixas	-	-	-	-	-
Saldos em 31/12/2020	6.791	7.550	5.216	1.133	20.690

O Cosems/RN avaliou a vida útil-econômica desses ativos e concluiu que não existem ajustes ou mudanças relevantes a serem reconhecidos em 31 de dezembro de 2020.

Durante o exercício, o Cosems/RN não verificou a existência de indicadores de que determinados ativos imobilizados poderiam estar acima do valor recuperável, e conseqüentemente nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**Em 31 de dezembro de 2020****5. SALÁRIOS, OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS****Obrigações trabalhistas e previdenciárias**

	2020	2019
Salários e Ordenados	218.306	213.956
13º Salário	19.846	18.274
Férias	26.461	7.439
INSS	79.530	74.111
FGTS	21.169	19.386
Rescisões	-	1.372
PIS	2.646	2.214
	367.958	336.752

Obrigações tributárias

	2020	2019
Taxas Diversas	284	310
IPTU	1.210	1.172
	1.494	1.482

Correspondem aos registros de valores relativos aos encargos sociais e impostos sobre a folha de pagamento e de serviços de terceiros, e que a entidade apenas repassa aos Órgãos Governamentais.

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

6. CONTINGÊNCIAS

O Cosems/RN não é parte em processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todas as contingências referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções

fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

- (i) Ações trabalhistas** – o Cosems/RN não é parte em processos trabalhistas relacionados ao pagamento de horas extras e seus respectivos encargos sociais, adicionais de insalubridade e periculosidade, equiparação salarial e integração de verbas na remuneração. A Administração não mantém valores provisionados para cobrir prováveis perdas.

- (ii) Ação Cível** – o Cosems/RN não é parte em processos cíveis que tem como objeto, principalmente, o pedido de indenização por dano moral. A Administração não mantém valores provisionados para cobrir prováveis perdas.

7. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Patrimônio Líquido do COSEMS RN apresenta os seguintes valores de Patrimônio Social e Superávit acumulado, em razão dos resultados obtidos nos exercícios 2019 e 2020:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

	2020	2019
Patrimônio Social	171.604	-
Superávit/Déficit acumulado	188.844	171.642
	360.448	171.642

O superávit ou déficit é integralmente destinado ao cumprimento dos objetivos estatutários do Cosems/RN, sendo apropriado anualmente ao patrimônio social.

8. Receitas

Compreendem todas as receitas recebidas através do repasse feito pelo Conselho Nacional de Secretarias Municipais de Saúde – CONASEMS e as outras receitas compostas por recuperações de despesas e doações de terceiros, conforme demonstrado a seguir:

Receitas

	2020	2019
Repasse Conasems	1.199.752	1.398.127
	1.199.752	1.398.127

Outras Receitas

	2020	2019
Ressarcimento por Hospedagem de Secretários	-	3.334
Recuperação de despesas	3.020	979
Doações de Terceiros	-	800
	3.020	5.113

9. DESPESAS POR NATUREZA

Compreendem todas as despesas essenciais para a continuidade das atividades operacionais, bem como todos os gastos necessários na atividade fim do Cosems/RN, conforme apresentados a seguir:

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**Em 31 de dezembro de 2020**

	2020	2019
Salários e ordenados	218.306	213.956
13º salário	19.846	18.373
Férias	26.461	7.439
INSS	79.530	74.111
FGTS	21.169	19.386
Rescisões	-	1.372
PIS	2.646	2.214
IPTU	1.210	1.172
Taxas diversas	284	310
Energia elétrica	2.186	5.074
Água e esgoto	923	1.031
Telefone	8.899	12.081
Mat. de escritório	952	3.013
Mat. de higiene e limpeza	1.041	2.492
Serv. prest. por terceiros	97.312	98.550
Serv. pessoa física	3.587	28.148
Serv. pessoa jurídica	272.801	430.060
Aluguéis	29.400	29.400
Eventos	16.397	17.992
Livros, jornais e revistas	-	87
Combustíveis	464	1.375
Depreciações	2.846	1.872
Conselho Nacional de Saúde	-	50.000
Hospedagem	240	62.711
Refeições	1.591	2.623
Diárias	159.640	251.850
Ajuda de custo	7.000	-
Passagens	36.873	28.792
Correios	-	27
Internet	1.541	1.310
Despesas diversas	932	2.305
Táxi ou Uber	215	931
Estacionamento	27	257
Juros passivos	-	480
Desc. adiantamento Conasems	-	1.500
	1.014.320	1.370.215

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis**Em 31 de dezembro de 2020**

10. RESULTADO FINANCEIRO**Receitas Financeiras**

	2020	2019
Rendimentos de aplicações financeiras	3.618	3.451
	3.618	3.451

Despesas Financeiras

	2020	2019
Tarifas bancárias	1.773	1.565
Estorno de juros	1.453	-
Desc. adiantamento Conasems	-	1.500
Juros passivos	-	480
	3.226	3.545
	392	(94)

11. ISENÇÃO TRIBUTÁRIA

Consideram-se isentas as instituições de caráter filantrópico, recreativo, cultural e científico e as associações civis que prestem os serviços para os quais tiverem sido instituídas e os coloquem à disposição do grupo de pessoas a que se destinem, sem fins lucrativos.

A referida isenção aplica-se, exclusivamente, em relação ao Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ) e à Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido (CSLL) em conformidade com o artigo 15 da Lei 9.532/97, não estando abrangidos pela isenção do imposto de renda os rendimentos e ganhos de capital auferido em aplicações financeiras de renda fixa ou de renda variável e por não ser entidade beneficente de assistência social não possui isenção do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020**

Caso o COSEMS/RN não se beneficiasse da isenção tributária das Contribuições Sociais e Imposto de Renda e, considerando que, fosse enquadrado no regime de tributação do Lucro Presumido, seriam devidos nos exercícios de 2019 e 2020 os seguintes valores:

Ano	Receita	PIS (0,65%)	COFINS (3%)	CSLL (2,88%)	IRPJ (4,8%)	Total Tributos
2019	1.403.240	9.121	42.097	40.413	67.356	158.987
2020	1.202.772	7.818	36.083	34.640	57.733	136.274

12. DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DA DIRETORIA

O Conselho Diretor do Cosems/RN declara que revisou, discutiu e concordou com as demonstrações contábeis referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2020 e com o respectivo Relatório dos Auditores Independentes. Confirma também que todas as informações relevantes constantes nas demonstrações contábeis correspondem às utilizadas por ela na sua gestão.

13. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Entidade avaliou os impactos da Pandemia Covid -19 sobre os seus ativos financeiros, cuja parcela de renda variável sofreu desvalorização a partir da segunda quinzena de fevereiro de 2020. Adicionalmente, a Entidade passou a avaliar também os riscos de suas atividades em função da Pandemia do Covid - 19.

Foram tomadas medidas de prevenção a saúde de seus colaboradores, com a adoção do trabalho remoto para a grande maioria dos funcionários e o cancelamento de viagens regionais, nacionais e internacionais.